

Avaliação

Educação Básica



*As avaliações em larga escala
e suas contribuições ao processo
de ensino e aprendizagem*

2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

As avaliações em larga escala e suas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem

FLORIANÓPOLIS
2014



RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

EDUARDO PINHO MOREIRA

Vice Governador

EDUARDO DESCHAMPS

Secretário de Estado da Educação

ELZA MARINA DA SILVA MORETTO

Secretária Adjunta de Educação

GILBERTO LUIZ AGNOLIN

Diretor de Educação Superior

ORGANIZAÇÃO

Sandra Mara Cardoso

ELABORAÇÃO

Adriana Mafra Marghoti

Déborah Lopes da Conceição Cavalcante

Maria Rita Lopes dos Santos

Marilei Terezinha Cesco

Maristeleee Barbosa de Oliveira

Priscila Mazaro Barbosa

Sandra Mara Cardoso

Raquel Terezinha Todeschini

COLABORADORES

Edir Seemund

Elisa Depizzol Deboni

Francisco Alfredo F. Alvarez

Maike Cristine Kretschmar Ricci

Mirialva Antônia Bernardi Bedin

Rita de Cassia Cardoso

REVISÃO

Déborah Lopes da Conceição Cavalcante

Maria Rita Lopes dos Santos

Tania Inez Ogliari Scartezini

Célia Brandeburgo Gaio

PROJETO GRÁFICO

Maristeleee Barbosa de Oliveira



APRESENTAÇÃO

No decorrer do período de 2013 e 2014, a Diretoria de Educação Superior, da Secretaria de Estado da Educação, incorporou algumas atividades relacionadas à Educação Básica, especialmente na articulação e no desenvolvimento de políticas educacionais, como o planejamento educacional, a avaliação e a supervisão, fazendo articulação com os organismos governamentais na esfera federal e municipal e com as Instituições de Educação Superior.

Os novos desafios à avaliação da Educação Básica têm exigido esforços de técnicos para propor projetos de intervenção na educação catarinense, com foco no que expressam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE nº 04/2010), ou seja, a avaliação compreendida em três dimensões: I - avaliação da aprendizagem; II - avaliação institucional interna e externa; III - avaliação de redes de Educação Básica.

As experiências na interlocução com o INEP/MEC, frente às várias atividades de supervisão e aplicação das avaliações em larga escala no território catarinense, dentre as quais se destacam: Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC/Prova Brasil), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), resultaram numa provocação inicial ao grupo de técnicos desta Secretaria, pela possibilidade de elaborar uma produção sobre esse esforço nacional, que vai se configurando em um conjunto articulado de avaliações, nas várias etapas, demonstrando o desempenho da Educação Básica. A compreensão dessa dinâmica de avaliações nacionais, que repercutem bianualmente, com a divulgação, pela imprensa em âmbito nacional, de seus resultados e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), deve contribuir para o debate da melhor utilização dos dados, não só no momento da divulgação, mas nas futuras ações pedagógicas das escolas.

O desafio de elaborar este documento, que será utilizado por educadores, gestores, estudantes, pais e demais setores da sociedade, pode ter trazido angústias, pela responsabilidade de traduzir conceitos, leis, normas e dados, produzindo informações que pudessem ter relevância para a gestão escolar. Acredito, no entanto, que o resultado desta produção valeu o esforço dos autores, porque proporciona reflexões e discussões sobre a utilização das avaliações de larga escala no processo pedagógico das escolas, com foco na aprendizagem.

Gostaria de registrar que este documento, indiretamente, talvez possa incitar o debate de uma proposta do Sistema de Avaliação da Educação Básica Catarinense, pois o processo construído na última década, pelas avaliações nacionais, trouxe elementos técnicos e políticos para essa tarefa.

Parabéns aos autores pelo trabalho realizado. Uma ótima leitura a todos e nosso desejo de que a construção de uma Educação Básica de qualidade seja um desafio permanente.

Gilberto Luiz Agnolin
Diretor de Educação Superior





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	12
1.1 As Avaliações em Larga Escala no Brasil	12
1.1.1 Avaliações Nacionais em Larga Escala	14
1.1.1.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	14
1.1.1.1.1 Principais Características da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB)	15
1.1.1.1.2 Principais Características da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC)	15
1.1.1.1.3 Principais Características da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).....	16
1.1.1.2 Provinha Brasil	16
1.1.2 Avaliações Internacionais em Larga Escala	17
1.1.2.1 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) ...	17
1.1.2.2 Estudo Regional Comparativo e Explicativo	18
1.2 Exames em Larga Escala Desenvolvidos no Brasil	20
1.2.1 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	20
1.2.2 Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA)	21
1.3 Os Resultados das Avaliações em Larga Escala como Indicadores Educacionais	22
1.3.1 Lendo e Interpretando os Resultados da Prova Brasil	23
1.3.2 Lendo e Interpretando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	33
1.3.3 Santa Catarina no Cenário Nacional	37
2 CONSIDERAÇÕES	45
REFERÊNCIAS	47



INTRODUÇÃO

A avaliação é uma ferramenta importante à disposição dos professores para verificação do alcance dos objetivos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem, servindo, conseqüentemente, como instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica.

Se há convergência teórica e ideológica no que se refere à importância da avaliação no desenvolvimento dos estudantes e na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, o mesmo não ocorre quando se trata de definir ações e tomar decisões acerca das melhores alternativas para que cumpra estas finalidades.

São comuns as dificuldades na hora de abrir mão de avaliações tradicionais caracterizadas, predominantemente, por provas classificatórias cuja responsabilidade pelo resultado é atribuída exclusivamente ao estudante.

O estabelecimento de uma cultura avaliativa que esteja realmente a serviço da aprendizagem é dificultada pela falta de uma política educacional de avaliação e de uma sistemática de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, somadas a fatores como: rotina atribulada, limitações na formação inicial e continuada de professores, problemas de organização curricular em decorrência de inadequação nos processos de funcionamento da escola, sobreposição e abrangência de programas educacionais, além da pressão produzida pelas avaliações externas.

Na prática educativa o processo avaliativo é um importante subsídio às políticas educacionais e à retomada do ensino e da aprendizagem, na medida em que fornece informações sobre os estudantes, professores e escolas, atuando, assim, como respaldo na construção de Projetos Políticos Pedagógicos, na certificação e na seleção.

A avaliação não constitui uma teoria geral, mas um conjunto de abordagens teóricas sistematizadas que fornecem subsídios para julgamentos valorativos (Vianna, 1997). Necessita estar inserida numa perspectiva política que promova um questionamento sobre o papel que está assumindo na interpretação dos interesses e contradições sociais. Não pode ser discutida como uma questão meramente técnica de construção ou utilização de instrumentos, pois constitui-se num processo desenvolvido nas relações sociais humanas que envolve valores morais, éticos e juízos de valor. Neste sentido, dificilmente se pode esperar por uma fórmula acabada de como avaliar melhor.

A complexidade do tema da avaliação envolve múltiplas contribuições teóricas da psicologia, antropologia, sociologia, epistemologia e a ética, bem como as contribuições das teorias do currículo, das aprendizagens e da didática, passando por questões de natureza política e ideológica. Demanda, por parte dos educadores, um esforço significativo que permita criar pontos de apoio para as práticas nas salas de aula.

A Secretaria de Estado da Educação, por meio da Diretoria de Educação Superior, organizou algumas informações acerca dos processos avaliativos e suas possíveis contribuições à gestão pedagógica, com o objetivo de subsidiar as discussões dos especialistas em educação, coordenadores pedagógicos, professores, diretores, estudantes e comunidades escolares.

Este documento tem como foco os processos avaliativos em larga escala que se desenvolvem hoje no Brasil. Ainda assim, é importante que se façam algumas considerações acerca das demais modalidades de avaliação, indicando elementos teóricos que possam favorecer a reflexão sobre cada uma delas.

Buscou-se fundamentar esta discussão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04/2010), Diretrizes Operacionais para Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem (Resolução CEE/SC nº 183/2013), Proposta Curricular de Santa Catarina, bem como autores com publicações relevantes envolvendo esta temática.

As modalidades de avaliação não são isoladas, relacionam-se a fim de obterem legitimidade técnica e política (critérios construídos coletivamente – Projeto Político-Pedagógico-PPP/Currículo), para integrarem as dimensões da realidade avaliada e alcançarem os objetivos propostos a cada uma delas.

Figura 1: Modalidades de avaliação



Fonte: Elaborado pelo autor

A **avaliação da aprendizagem** em sua forma tradicional, pode assumir o papel de selecionar, classificar, rotular e excluir, desviando-se de sua função diagnóstica e voltando-se à classificatória, que não considera o processo e sim a etapa final, ou seja, o resultado.

Contrariando esta perspectiva, avaliar pressupõe definir critérios em função de objetivos que se pretenda alcançar; estabelecer instrumentos e escolher caminhos para ação; verificar constantemente a caminhada, de forma crítica, levando em conta todos os elementos envolvidos no processo.

Para Sacristán (1998, p. 3)

[...] é o meio pelo qual alguma ou várias características do estudante, de um grupo de estudantes, de um ambiente, ou dos materiais educativos, professores, programas, são analisadas por alguém, na perspectiva de conhecer suas características e condições, seus limites e potencialidades, em razão de alguns critérios ou pontos de referência, para emitir um julgamento que seja relevante em termos educacionais.

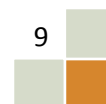
Hoffmann (2013) aponta que a avaliação é a reflexão transformada em ação que impulsiona novas e permanentes reflexões do educador, sobre sua realidade e a partir do acompanhamento do estudante na sua trajetória de construção do conhecimento.

A avaliação da aprendizagem engloba três momentos extremamente relevantes para o desenvolvimento curricular, como salienta Perrenoud (1999 apud ALAVARSE; GABROWSKI, 2013):

- a) Inicial, com função diagnóstica quando é conduzida, preferencialmente, antes do início do ano letivo ou de um novo tópico de ensino.
- b) Intermediário, com função formativa quando é desencadeada durante o desenvolvimento do programa curricular.
- c) Final, com função somativa, quando é desencadeada ao final do ano letivo ou de um tópico de ensino.

É possível verificar que a avaliação permanece, na maioria das vezes, centrada nos momentos inicial e final. Ainda que haja a intenção ou vontade, por parte dos educadores, uma avaliação formativa de fato não acontece, ou acontece pontualmente.

Uma avaliação formativa, processual ou de desenvolvimento que ocorre ao longo do processo de ensino e aprendizagem, só será incorporada à prática do professor se este tiver clareza de seu significado e da amplitude de suas relações. Para tanto, é necessário um



trabalho árduo de planejamento coletivo, em que os conhecimentos sejam abordados de forma integrada e o estudante seja compreendido como um sujeito multidimensional.

A avaliação formativa possibilita ao professor o repensar do trabalho que está sendo desenvolvido e, aos estudantes, a compreensão de onde se encontram em relação às aprendizagens propostas.

A **avaliação institucional** como processo interno à escola, implica em decisões sobre que aspectos serão avaliados, qual metodologia será adotada, além da definição das medidas que serão tomadas a partir dos resultados.

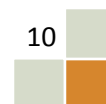
É comum nas escolas a realização da avaliação de seus integrantes e de tudo que faz parte de sua organização, entretanto, isso não ocorre de forma sistemática, como acontece em relação à avaliação do estudante. Considera-se fundamental vincular a discussão das finalidades da avaliação de aprendizagem à avaliação da escola (avaliação institucional ou auto avaliação), orientada pelos indicadores/padrões que a instituição busca alcançar e a partir dos quais se organizará.

Nesta perspectiva, Sousa (2014) aponta para uma avaliação institucional, democrática, abrangente, participativa e contínua, tendo como parâmetro o ensino de qualidade para todos, a partir de diretrizes comuns, de forma que se atenda os interesses da população e a escola se perceba no conjunto da rede a que pertence, em relação com às políticas implementadas e com às demais instâncias do sistema.

Neste processo é importante, portanto, mobilizar a comunidade para que aceite e participe da discussão, elaboração e implantação da proposta de avaliação institucional. O estabelecimento coletivo da metodologia deve contemplar a definição das dimensões e indicadores que expressam a visão sobre a qualidade escolar, sinalizando conceitos abstratos como: prática pedagógica e avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais e direitos de aprendizagem.

Com estas considerações, não se espera indicar um modelo de avaliação a ser seguido. A equipe pedagógica, em conjunto com a comunidade escolar, pode avaliar o contexto social e o projeto de sociedade ao qual a aprendizagem se dirige, para determinar o processo avaliativo em sua totalidade.

Nossa questão mais relevante é a demarcação da necessidade de consolidar uma cultura de avaliação, associada ao sucesso na aprendizagem de todos os estudantes,



vinculada ao trabalho coletivo, ancorada em instrumentos e procedimentos eficientes/eficazes e baseada em critérios planejados no coletivo escolar.

As **avaliações em larga escala** têm ocupado espaço de destaque na mídia nacional, o que tem contribuído para discussões e polêmicas acerca das mesmas e da qualidade de ensino das escolas brasileiras.

Com a finalidade de orientar gestores, profissionais de educação, estudantes e as comunidades escolares, a seguir são apresentadas as avaliações em larga escala desenvolvidas no Brasil, breve histórico, suas principais características, possíveis contribuições ao processo de ensino e aprendizagem, indicadores educacionais confeccionados a partir delas e análises sobre o cenário catarinense.

Também são apresentadas as características dos principais exames desenvolvidos no País para a Educação Básica: Exame Nacional do Ensino Médio e Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos.

Para tanto este documento baseia-se, em grande parte, nas informações disponíveis nos sites oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

1 AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As avaliações em larga escala são sempre externas às instituições escolares avaliadas e abrangem todo o sistema de ensino, ou seja, todas as escolas deste sistema que atendam aos requisitos mínimos de participação. São planejadas e executadas por agentes externos às escolas. No Brasil, o INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, é responsável pela execução das principais avaliações em larga escala.

Na maioria das vezes, o foco dessas avaliações é a aprendizagem dos estudantes com a finalidade de fornecerem resultados genéricos para os sistemas de ensino. A partir dos aspectos avaliados, estes resultados possibilitam a compreensão do funcionamento da educação no conjunto do sistema.

Devido a parâmetros metodológicos consolidados, os resultados de tais avaliações podem ser comparados entre as regiões, estados, municípios, escolas, zonas urbana ou rural, mantenedoras públicas ou privadas, etapas de ensino, etc.

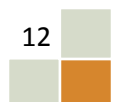
Estas avaliações são produzidas para a prestação de contas à sociedade, assim como para orientação de políticas públicas educacionais e planos de ação. Além disso, seus resultados podem ser utilizados pela escola na sua avaliação institucional e pelos educadores na avaliação do processo de ensino e aprendizagem, contudo, elas não invalidam ou eliminam outras formas de avaliar produzidas no âmbito escolar.

1.1 As Avaliações em Larga Escala no Brasil

Os movimentos sociais dos educadores nas décadas de 1970 e 1980, representaram formas renovadas de educação popular, caracterizando o processo de democratização da educação que culminou com a promulgação da Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para que esse direito seja alcançado, a sociedade brasileira vem se organizando para que cada brasileiro, independente do sexo, raça, cor, credo religioso, idade, classe social e



localização geográfica, tenha acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, etapas e modalidades.

A disseminação da cultura de avaliação se intensifica, e a ênfase dada aos resultados educacionais se confirma nas reformas educativas, como se verifica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), que assegura a avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, objetivando a definição e a melhoria da qualidade do ensino:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

[...]

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

[...]

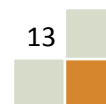
VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

[...]

Estas mudanças na política educacional não se apoiam somente em componentes locais, mas se articulam ao contexto internacional em função da influência dos agentes financiadores destas mudanças. A Declaração Mundial de Educação para Todos, resultante da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990, teve como organizadores a UNESCO, a UNICEF, a PNUD e o Banco Mundial, define o Ensino Fundamental como prioridade da década e estabelece a exigência de melhoria da qualidade da educação, relacionando-a com a implementação de sistemas de avaliação do desempenho dos estudantes.

[...] a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma... Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho. (UNESCO, 1998).

Os sistemas de avaliação assumem, progressivamente, a centralidade nas políticas educacionais brasileiras, segundo algumas análises críticas, a partir de:



Padrões pré-determinados por agentes internacionais, tais como o Banco Mundial, em detrimento das necessidades apontadas pelos agentes do próprio sistema de ensino brasileiro. (BARREIROS, 2003, p.6).

Esta centralidade reforça a necessidade da definição de um currículo nacional, ou a fixação de conteúdos mínimos, o que ocorreu em 1996, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, de certa forma, se constituem em referência para as medidas do desempenho nas avaliações.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado a partir da Lei nº 10.172/2001, estabeleceu diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, indicando prioridades e metas para a ampliação do financiamento, melhoria da gestão da educação, além de mecanismos de acompanhamento e avaliação do plano pela Câmara e Senado Federal com criação do Sistema Nacional de Avaliação. O principal instrumento para o alcance de metas deste PNE foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), composto por um conjunto de normas, programas, instrumentos de avaliação e gestão, voltados para a Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e alfabetização.

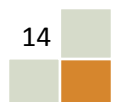
Mais recentemente o PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, com vigência de 10 anos, mantém os compromissos relativos à melhoria da educação e à redução das desigualdades históricas. O cumprimento das metas serão objeto de contínua avaliação conforme prevê seu art. 5º.

1.1.1 Avaliações Nacionais em Larga Escala

No Brasil, as avaliações em larga escala, com foco na educação básica, se desenvolvem no âmbito federal, estadual e municipal. As principais avaliações nacionais em larga escala são:

1.1.1.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que foi aplicado pela primeira vez em 1990, tendo como principal objetivo, de acordo com o INEP, avaliar a Educação Básica brasileira, contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do



acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

Em 2005, por intermédio da Portaria MEC nº 931/2005, o SAEB é reestruturado, passando a contar com dois processos avaliativos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como PROVA BRASIL. Em 2013, o SAEB também incorporou a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), através da Portaria MEC nº 482/2013.

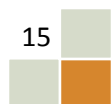
Com base em informações contidas no PDE/SAEB (BRASIL, 2011) e no site do INEP, a seguir são apresentadas as principais características dos processos avaliativos supracitados.

1.1.1.1.1 Principais Características da ANEB

- ✓ É aplicada a cada dois anos
- ✓ Tem como objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira
- ✓ A prova avalia habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)
- ✓ É amostral
- ✓ Fazem a prova estudantes matriculados no 5ºano/4ª série e 9ºano/8ªsérie do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, das redes públicas e privadas
- ✓ Os resultados são divulgados para o país como um todo, as regiões geográficas e os estados

1.1.1.1.2 Principais Características da ANRESC/Prova Brasil

- ✓ É aplicada a cada dois anos
- ✓ Tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos
- ✓ A prova avalia habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)
- ✓ É censitária
- ✓ Fazem a prova estudantes matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das redes públicas (estadual, municipal e federal)



- ✓ Participam todas as escolas públicas com 20 estudantes ou mais, matriculados nas séries/anos avaliados
- ✓ Os resultados são divulgados para o país, regiões geográficas, estados, municípios e escolas

1.1.1.1.3 Principais Características da ANA

- ✓ É aplicada anualmente
- ✓ Tem como objetivo avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática, condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas
- ✓ É censitária às escolas públicas
- ✓ Realizam a prova todos os estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, das redes públicas de ensino
- ✓ São aplicados questionários contextuais aos professores e gestores das escolas que atendem ao ciclo de alfabetização, para aferir informações sobre as condições de infraestrutura; formação de professores; gestão da unidade escolar; organização do trabalho pedagógico, entre outras
- ✓ Os resultados são divulgados para os estados, os municípios e as escolas.

Para saber mais sobre a **ANEB**, a **ANRESC** e a **ANA**, acesse o site do INEP:
<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>



Imagem retirada do boletim Prova Brasil 2011/MEC/INEP

1.1.1.2 Provinha Brasil

A Provinha Brasil foi instituída pela Portaria Normativa nº 10/2007 e começou a ser aplicada em 2008, com foco na alfabetização. A partir de 2011, foram incorporadas provas de matemática. Em 2012, com a instituição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), torna-se um dos instrumentos de aferição da meta do Plano Nacional de Educação de alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade. Para tanto, o INEP

disponibilizou, a partir de 2013, um Sistema online para apoiar as escolas e as redes de ensino que queiram lançar seus resultados e analisar os dados de forma mais sistematizada.

Ainda que os instrumentos e os procedimentos sejam organizados em larga escala para todo o país, a prova tem a característica de ser um diagnóstico da aprendizagem individual dos estudantes para ser utilizado pela escola.

Principais Características da Provinha Brasil

Escola, participe da Provinha Brasil. Informe-se na Secretaria Estadual/Municipal de Educação ou pelo site: <http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/apresentacao>



Imagem retirada do boletim Prova Brasil 2009/MEC/INEP

- ✓ É aplicada duas vezes durante o ano letivo: início (abril) do 2º ano de escolarização e ao final (novembro) desse mesmo ano letivo
- ✓ Tem por objetivo fornecer informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino.
- ✓ É censitária às escolas públicas
- ✓ Participam da prova todos os estudantes matriculados os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, das redes públicas de ensino
- ✓ Não tem finalidades classificatórias
- ✓ Quem aplica é o próprio professor da turma, ou um profissional indicado pelas secretarias de educação
- ✓ A correção também é feita pelos profissionais da escola ou rede de ensino

1.1.2 Avaliações Internacionais em Larga Escala

1.1.2.1 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um programa de avaliação comparada e amostral, desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Integram este Programa os países membros da OCDE e países convidados, como por exemplo, o Brasil,

único país sul-americano a participar desde a primeira edição em 2000. A aplicação do PISA no Brasil é coordenada pelo INEP.

O objetivo do PISA é o de avaliar se os estudantes aos 15 anos de idade, com pelo menos 7 anos de escolaridade na educação básica, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para uma participação plena em sociedades modernas. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercerem o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

O PISA acontece a cada três anos e abrange três áreas de conhecimento: leitura, matemática e ciências. A cada edição, é dada maior ênfase em uma dessas áreas, havendo mais itens na prova sobre a área focalizada (cerca de 54%), permitindo que o conteúdo seja examinado de forma mais detalhada.

Em 2000 focou-se em leitura, em 2003, em Matemática, e em 2006, em Ciências. Em 2009 iniciou-se um novo ciclo, com ênfase novamente em leitura, que deve ser preferencialmente comparado com os resultados de 2000. Em 2012 foi dada ênfase em Matemática, preferencialmente seus resultados devem ser comparados com os de 2003.

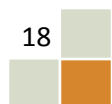
Para elaboração de indicadores contextuais, também são coletadas informações que possibilitam relacionar o desempenho dos estudantes a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais, por meio de aplicação de questionários específicos.

Os indicadores produzidos e divulgados para os países participantes e suas unidades de federação contribuem para a discussão da qualidade, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico.

1.1.2.2 Estudo Regional Comparativo e Explicativo

Os Estudos Regionais Comparativos e Explicativos são desenvolvidos pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (Laboratório Latino-americano de Evaluación de la Calidad de la Educación - LLECE), da Oficina Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe (Orealc), buscam avaliar a qualidade da educação no Ensino Fundamental na América Latina. Atualmente, estes estudos (avaliações) estão em sua terceira edição.

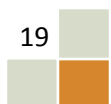
- ✓ O PERCE - Primeiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo foi aplicado em 1997 e conseguiu, pela primeira vez, informações comparativas sobre a aprendizagem de



estudantes dos países da América Latina, dando visibilidade a alguns fatores associados a esses resultados. Abordou Linguagem, Matemática e fatores associados e foi aplicada aos estudantes (amostra) da terceira e quarta séries do Ensino Fundamental.

- ✓ O SERCE - Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo foi aplicado em 2006, em dezesseis países da América Latina e Caribe. Abordou disciplinas de Matemática, Linguagem (leitura e escrita) e Ciências e foi aplicada aos estudantes (amostra) da terceira e sexta séries do Ensino Fundamental.
- ✓ O TERCE - Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo foi aplicado em outubro de 2013 e o resultado final está previsto para dezembro de 2014. Abordou Linguagem (leitura e escrita), Matemática e Ciências, sendo aplicado aos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental (amostra).

Estas avaliações são desenvolvidas por organizações internacionais com participação do INEP e verificam a qualidade de diversos sistemas educacionais simultaneamente com a produção de indicadores comparáveis internacionalmente.



1.2 Exames em Larga Escala Desenvolvidos no Brasil

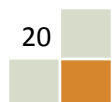
1.2.1 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído em 1998, pela Portaria MEC nº 438/1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao término da educação básica e propor melhorias nesse nível de ensino. A partir de 2009, pelas Portarias MEC nº 462/2009 e INEP nº 109/2009, o ENEM passa por uma reestruturação, com ampliação do uso de seus resultados. De acordo com a Portaria INEP nº 109/2009, são objetivos do ENEM:

- I - oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;
- IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;
- V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº- 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior.

Principais características do ENEM

- ✓ É aplicado anualmente
- ✓ Tem como objetivo avaliar o desempenho de estudantes ao final da Educação Básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Além de contribuir para a democratização do acesso às vagas na Educação Superior e para a reestruturação dos currículos do Ensino Médio
- ✓ A participação é voluntária, sendo gratuita para estudantes das escolas públicas, concluintes do ensino médio, declarados no Censo Escolar da Educação Básica
- ✓ Aborda conhecimentos das quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias e Redação; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.



1.2.2 Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA foi instituído em 2002, pela Portaria MEC nº 77/2002. Inicialmente, a finalidade deste exame foi de aferir as habilidades, competências e saberes para a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Podiam participar do ENCCEJA pessoas de 15 anos ou mais para a obtenção da certificação do Ensino Fundamental, e pessoas de 18 anos ou mais para a obtenção da certificação do Ensino Médio.

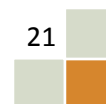
A partir de 2009, quando o ENEM passou a certificar o Ensino Médio, o ENCCEJA restringiu-se a certificação da conclusão do Ensino Fundamental, aos jovens e adultos com 15 anos ou mais, inclusive às pessoas com privação de liberdade, jovens sob medidas socioeducativas das Unidades Prisionais ou Socioeducativas.

Os estados têm a responsabilidade pela emissão do Certificado e Declaração de Proficiência daqueles que realizaram o Exame. Para tanto, precisam aderir ao Acordo de Cooperação Técnica com o INEP.

A oferta do ENCCEJA também se estende às comunidades brasileiras no exterior. Para estas comunidades, o pleito à certificação continua sendo de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

Principais Características do ENCCEJA

- ✓ É aplicado anualmente
- ✓ Tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar em outros processos formativos de pessoas acima de 15 anos, que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada no Ensino Fundamental
- ✓ É voluntária e gratuita
- ✓ Podem participar jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior
- ✓ Aborda Ciências Naturais, História e Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e uma proposta de Redação.



1.3 Os Resultados das Avaliações em Larga Escala como Indicadores Educacionais

Os indicadores são ferramentas importantes no planejamento, execução e avaliação das políticas públicas.

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado. (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009, p. 24)

Segundo Corvalan (2002 apud Chrispino, 2007, p. 16), “os indicadores educacionais são ferramentas para conhecer nossa situação, e têm a função de dar conta do progresso e das dificuldades. Servem para gestão educacional”.

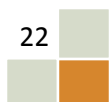
Os resultados das avaliações externas em larga escala são exemplos de indicadores educacionais e servem, acima de tudo, como instrumentos para aferir a qualidade da educação.

Um sistema educacional eficaz é aquele em que os estudantes aprendem, passam de ano e concluem a educação básica [...]. Para verificar o cumprimento desse objetivo, são necessários indicadores de resultados educacionais que permitam avaliar o que os estudantes estão aprendendo, se estão sendo aprovados e se estão concluindo a educação básica na idade adequada. (KLEIN, 2009, p. 1).

A reestruturação do SAEB, em 2005, que acrescentou em sua aplicação o caráter censitário às escolas públicas, permitiu, dentre outras coisas, que os resultados da Prova Brasil/ANRESC servissem como indicadores educacionais para a escola e para os municípios.

Foi possível conhecer, a partir de critérios estabelecidos em âmbito nacional, a qualidade da educação em cada escola pública e em cada município brasileiro. Há um avanço significativo no diagnóstico e no planejamento de programas e ações para corrigir o percurso daquelas escolas com baixo desempenho, em regime de colaboração entre União, estados e municípios.

Os indicadores produzidos a partir da Prova Brasil também servem como ferramentas de acompanhamento e monitoramento da educação brasileira por parte da



sociedade civil. As famílias de todo País podem conhecer, acompanhar e fiscalizar como se dá o aprendizado na escola de seus filhos.

Além disso, os resultados da Prova Brasil são utilizados, juntamente com as taxas de aprovação (indicador educacional importante para aferir o fluxo escolar, obtido a partir do Censo Escolar), no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instrumento utilizado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como “termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil” (BRASIL, 2011, p. 4).

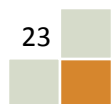
A Prova Brasil e o IDEB são cercados de discussões e polêmicas quanto às suas possíveis fragilidades. Apesar disso, atualmente estes são os únicos instrumentos nacionais que permitem aplicação de recursos financeiros e suporte pedagógico às escolas com baixo desempenho, ações estas que tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação e diminuir as desigualdades existentes.

Por isso, o objetivo deste estudo não é o de buscar respostas às discussões e polêmicas em torno destes instrumentos, e sim de apresentar orientações e análises com o intuito de contribuir para sua efetiva validade à escola que, muitas vezes, tem dificuldade de ler e interpretar os resultados da Prova Brasil, pois estes não estão representados como o “habitual”: de 0 a 10 ou de 0 a 100. O ideal seria que cada região, estado ou município do país tivesse sistema avaliativo próprio, respeitando as características regionais, culturais e sociais com mais precisão.

A seguir são apresentadas possibilidades de leitura e interpretação dos resultados da Prova Brasil, utilizando os resultados de uma escola pública que não será identificada. Sendo esta um dos componentes do IDEB, também será lançado um olhar sobre este indicador, com o objetivo de compreender a relação e a importância da Prova Brasil e das taxas de aprovação para o alcance das metas propostas para o Índice.

1.3.1 Lendo e Interpretando os Resultados da Prova Brasil

Como indicamos no capítulo anterior, as principais características da Prova Brasil são: censitária para as escolas públicas, ocorre de dois em dois anos e avalia habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas) para



estudantes do 5ºano/4ªsérie e 9ºano/8ªsérie do Ensino Fundamental. Contudo, não são informações suficientes para ler e interpretar os resultados de sua escola adequadamente.

Por isso, faz-se necessário saber um pouco mais:

Por que Língua Portuguesa e Matemática?

As duas disciplinas que compõem a avaliação, Língua Portuguesa e Matemática, foram escolhidas por serem consideradas basilares para a compreensão das demais, e as competências e habilidades selecionadas para serem avaliadas são as consideradas comuns entre todas as unidades da federação. (BRASIL, 2011)

O que é avaliado?

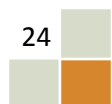
São avaliadas habilidades e competências compreendidas como a capacidade de mobilizar os conhecimentos em situações complexas.

[...] um conjunto de operações mentais que são resultados a serem alcançados nos aspectos mais gerais do desenvolvimento do estudante. Em outras palavras, caracterizaram-se no início, pela sua generalidade e transversalidade, não relacionadas com nenhum conteúdo curricular específico, mas entendidas como indispensáveis à aquisição de qualquer conhecimento. (MELLO, p. 1)

A consolidação de habilidades e competências se efetiva a partir de uma organização curricular que está explicitada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Pressupõe, entre outros aspectos, uma apropriação sólida e integrada de conteúdos que possam ser mobilizados quando necessário.

O que são as Matrizes de Referência?

- ✓ As Matrizes de Referência compreendem o conjunto de tópicos, que agrupam competências e habilidades que se espera que os estudantes tenham desenvolvido ao final do 5ºano/4ªsérie e 9ºano/8ªsérie do Ensino Fundamental, definidas em unidades chamadas de “descritores”: aquilo que se espera dos estudantes. Estas matrizes constituem um parâmetro de orientação, uma espécie de pauta, segundo a qual se elege o que será avaliado. As questões que compõem a Prova Brasil são elaboradas a partir dessas matrizes (BRASIL, 2011).



Para conhecer as matrizes de referência acesse o site: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/downloads>



Imagem retirada do boletim Prova Brasil 2011/MEC/INEP

- ✓ Para selecionar quais as competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática que seriam avaliadas, o INEP baseou-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos currículos adotados pelas Secretarias Estaduais de Educação e por algumas redes municipais para as séries e disciplinas avaliadas, além de consultar os livros didáticos mais utilizados por professores das redes de ensino públicas e privadas (BRASIL, 2011).

O que é a Teoria de Resposta ao Item (TRI)?

- ✓ Para a elaboração dos itens (questões) da Prova Brasil, bem como para análise e divulgação dos resultados, o INEP trabalha com uma teoria estatística chamada de Teoria da Resposta ao Item (TRI), que não utiliza uma relação direta com a quantidade de acertos dos estudantes, mas atribui uma pontuação para cada questão, classificando-a numa escala numérica de 0 a 500, que define as habilidades ou competências já construídas pelo estudante. Os itens (questões) são classificados de acordo com grau de complexidade em fácil, médio e difícil (BRASIL, 2011).

O que é a escala numérica de 0 a 500?

- ✓ Para cada escola participante da Prova Brasil é calculada uma média da proficiência (ou média de desempenho) dos estudantes que participaram da avaliação. Essa média é expressa em uma escala numérica de 0 a 500, denominada Escala de Proficiência do SAEB (BRASIL, 2011).
- ✓ A Escala de Proficiência utilizada na Prova Brasil é diferente daquela geralmente usada em sala de aula, que varia de 0 a 10 e está associada ao número de acertos que o estudante obtém na prova. Para sua construção, não se utiliza uma relação direta com a quantidade de acertos dos estudantes na prova. Por isso, os resultados da escala são apresentados na forma de uma média de proficiência, também chamada de média de desempenho (BRASIL, 2011).

- ✓ O termo “proficiência” é uma medida teórica que demonstra, por meio das respostas dos estudantes aos itens da prova, quais habilidades eles evidenciaram ter desenvolvido. Sendo assim, a média de proficiência alcançada por uma escola mostra o desempenho dos estudantes nas habilidades avaliadas pelos itens da prova (BRASIL, 2011).
- ✓ Então, a partir da média de desempenho da escola, é possível posicioná-la na Escala de Proficiência do SAEB, que descreve as habilidades esperadas para cada nível (BRASIL, 2011).
- ✓ Um nível é uma classificação utilizada para caracterizar as habilidades comuns a grupo de estudantes que realizaram a avaliação, que permite a identificação de uma determinada competência comum a esse grupo. Os estudantes são agrupados por competência constituída, por conhecimentos já adquiridos e capazes de serem mobilizados (BRASIL, 2011).
- ✓ Como as áreas do conhecimento avaliadas são Língua Portuguesa e Matemática, existe uma Escala de Proficiência para cada uma delas. Dentro de cada uma das disciplinas, a escala é única e acumulativa, para todas as séries avaliadas – a lógica é a de que quanto mais o estudante caminha ao longo da escala, mais habilidade terá acumulado. Portanto, é esperado que estudantes do 5º ano alcancem médias numéricas menores que os de 9º ano e estes alcancem médias menores que as alcançadas pelos estudantes de 3º ano do Ensino Médio (no Ensino Médio a aplicação é amostral - ANEB) (BRASIL, 2011).

As Escalas de Proficiência de Matemática e Língua Portuguesa podem ser acessadas pelo site: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/escalas-da-avaliacao>

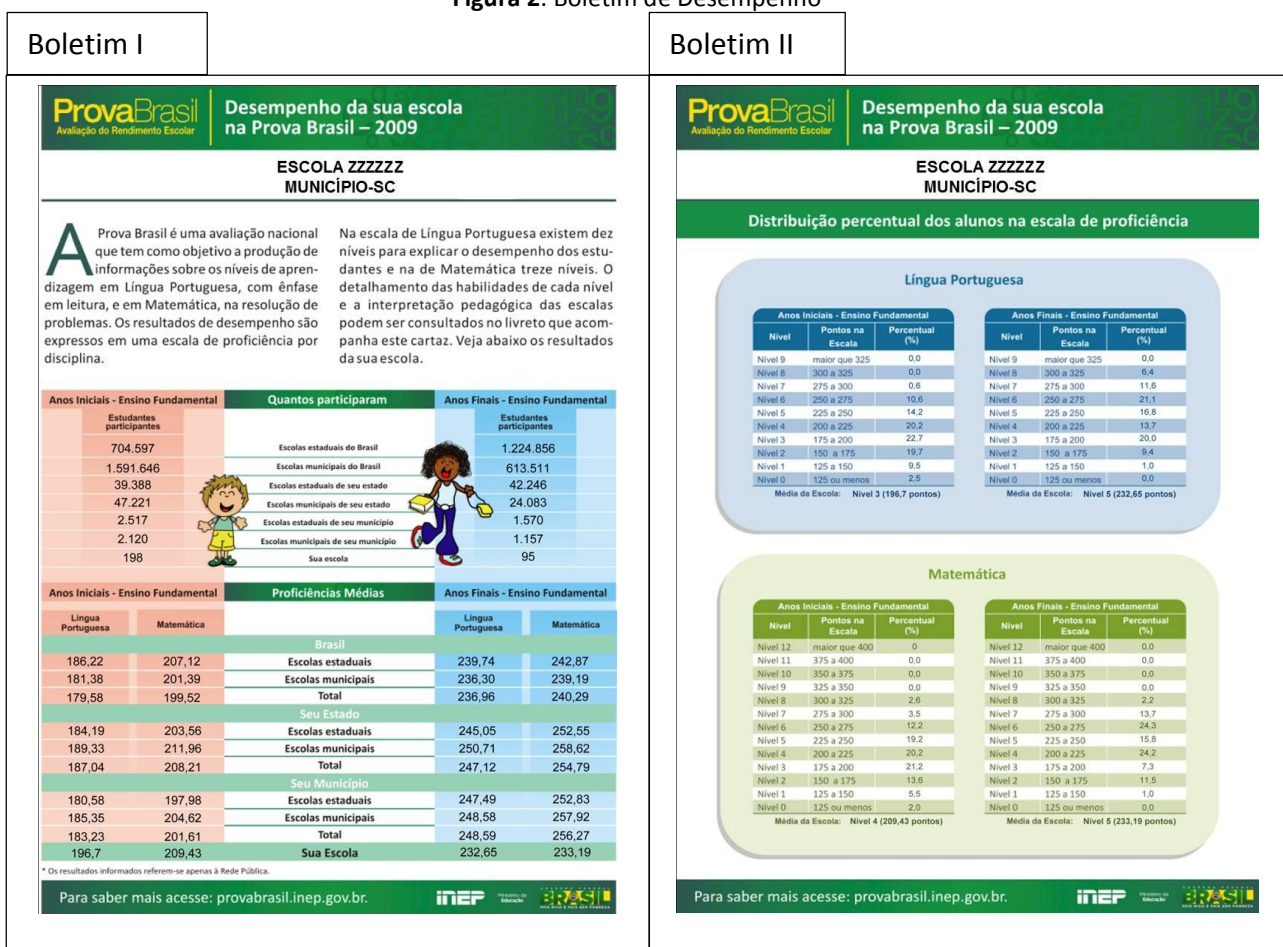


Imagem retirada do boletim Prova Brasil 2011/MEC/INEP

A partir destas informações é possível perceber que o número ou resultado da Prova Brasil por si só traz pouca ou nenhuma informação sobre a qualidade de ensino da escola, por isso, é fundamental fazer uma interpretação pedagógica de seu significado, reunindo toda a equipe pedagógica da escola e utilizando-se da Escala de Proficiência do SAEB, da Matriz de Referência e dos Boletins enviados pelo INEP para cada escola participante da Prova Brasil.

A cada edição da Prova Brasil, o INEP utiliza estratégias publicitárias e de *design* diferentes para a divulgação dos boletins com os resultados de cada escola pública, contudo, os tipos de dados e informações que são disponibilizados quase não sofrem alterações. Nestes boletins são divulgadas informações como: total de participantes da escola, do município e do estado; proficiências médias da escola, do município e do estado; e distribuição percentual dos alunos da escola na Escala de Proficiência do SAEB. Como exemplo, a figura 2 mostra os boletins divulgados em 2009, que serão identificados/referenciados, neste documento, como Boletim I e Boletim II.

Figura 2: Boletim de Desempenho



Fonte: Imagens retiradas do boletim Prova Brasil 2009/MEC/INEP

Para apresentar sugestões de leitura, interpretação e análise dos resultados da Prova Brasil e do IDEB, utilizar-se-á as informações de uma escola que não será identificada. A primeira leitura pode ser feita a partir da distribuição percentual dos estudantes da escola nos níveis das escalas de Língua Portuguesa e Matemática, que consta nos boletins enviados pelo INEP. Como a distribuição percentual dos estudantes da escola nos níveis das escalas

de Língua Portuguesa e Matemática, de 2013, ainda não foi disponibilizada pelo Instituto, serão utilizadas as informações de 2011, da Escola X, para exemplificar as possíveis leituras (observar tabelas 1, 2, 3 e 4).

Escola X - Prova Brasil - Língua Portuguesa

Tabela 1: Escala de Proficiência Língua Portuguesa

Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Níveis	Língua Portuguesa	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	7,1
1	125 - 150	9,5
2	150 - 175	21,4
3	175 - 200	21,8
4	200 - 225	21,0
5	225 - 250	14,4
6	250 - 275	4,8
7	275 - 300	0
8	300 - 325	0
9	325 - 350	0

Média da Escola: 188,95

Fonte: MEC/INEP

É importante ter a Escala de Proficiência de Língua Portuguesa em mãos para visualizar e refletir sobre quais habilidades de cada nível seus estudantes já dominam.

Atenção! 38% dos estudantes de 5º ano/4ª série não atingiram a média da escola. Que trabalhos podem ser feitos para que esse grupo de estudantes desenvolva as demais habilidades próprias do 5º ano? Que trabalhos podem ser feitos para que as desigualdades de aprendizagem diminuam nesta etapa de ensino?

Há um percentual significativo (40,2%) de estudantes que estão em níveis superiores à média da escola. A partir dessa leitura, pode-se afirmar que 68% dos estudantes atingiram a média da escola ou a superaram.

7,1% dos estudantes localizados no **Nível 0** da escala (125 ou menos) não demonstrou ter desenvolvido as habilidades mínimas avaliadas no 5º ano/4ª série. Atenção especial deve ser dada a este grupo.

Nos anos iniciais a escola está no **Nível 3**, da Escala SAEB. Esta **média** indica que este grupo já desenvolveu as habilidades descritas no nível 3 (175-200) e nos níveis anteriores.

Como apresentado na figura 2, o INEP disponibiliza, por meio dos boletins, o total de estudantes que participaram da Prova Brasil por etapa de ensino e a distribuição percentual dos estudantes em cada nível de proficiência da Escala SAEB. Com estas informações a escola pode calcular o total de alunos em cada nível desta Escala.

Escola X - Prova Brasil - Língua Portuguesa

É importante ter a Escala de Proficiência de Língua Portuguesa em mãos para visualizar e refletir sobre quais habilidades de cada nível seus estudantes já dominam.

Atenção! 35,9% dos estudantes de 9º ano/8ª série não atingiram a média da escola. É um percentual considerável dos estudantes que participaram do teste. Que trabalhos podem ser feitos para que esse grupo de estudantes desenvolva as demais habilidades próprias do 9º ano?

25,1% dos estudantes atingiram médias superiores à média da escola, demonstrando terem desenvolvido as habilidades dos níveis superiores ao nível 6. Portanto, 64,1% dos estudantes participantes atingiram ou superaram a média da escola.

Nos anos finais a escola está no **Nível 6**, da Escala SAEB. Esta **média** indica que este grupo já desenvolveu as habilidades descritas no nível 6 (250 a 275) e nos níveis anteriores.

Tabela 2: Escala de Proficiência Língua Portuguesa

Anos Finais do Ensino Fundamental		
Níveis	Língua Portuguesa	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	0
1	125 - 150	0
2	150 - 175	5,5
3	175 - 200	2,7
4	200 - 225	8,3
5	225 - 250	19,4
6	250 - 275	39,0
7	275 - 300	16,7
8	300 - 325	8,4
9	Maior que 325	0

Média da Escola: **251,42**

Fonte: MEC/INEP

Outro fator a ser observado pela escola, neste caso, é de que há um percentual de 8,2% de estudantes do 9º ano/8ª série que atingiu apenas as habilidades da média dos estudantes do 5º ano/4ª série. E há um percentual de estudantes (5,5%) que não atingiu nem a média dos estudantes do 5º ano/4ª série. Que intervenções poderão ser realizadas para que eles desenvolvam as habilidades localizadas nos níveis mais altos da escala?



O que fazer se minha escola nunca recebeu os boletins da Prova Brasil?

O INEP envia os boletins da Prova Brasil para o endereço que a escola informa no Censo Escolar. Verifique se o endereço da escola está correto no sistema Educacenso. Caso esteja errado, faça a correção no período de coleta do Censo Escolar.

Mas lembre-se que só recebe esses boletins a escola que fez a Prova Brasil.

Escola X - Prova Brasil - Matemática

O mesmo raciocínio pode ser usado para analisar os resultados de Matemática.

Tabela 3: Escala de Proficiência Matemática

Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Níveis	Matemática	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	7,0
1	125 - 150	7,2
2	150 - 175	11,9
3	175 - 200	14,3
4	200 - 225	21,4
5	225 - 250	14,3
6	250 - 275	11,9
7	275 - 300	2,4
8	300 - 325	7,2
9	325 - 350	2,4
10	350 - 375	0
11	375 - 400	0
12	400 - 425	0
Média da escola: 211,64		

Fonte: MEC/INEP

40,4% dos estudantes de 5º ano/4ª série não atingiram a média da escola. Que trabalhos podem ser feitos para que esse grupo de estudantes desenvolva as demais habilidades próprias do 5º ano? Que trabalhos podem ser feitos para que as desigualdades de aprendizagem diminuam nesta etapa de ensino?

38,2% dos estudantes demonstraram ter desenvolvidos habilidades superiores à média da escola.

Nos anos iniciais a escola está no **Nível 4**, da Escala SAEB. Esta **média** indica que este grupo já desenvolveu as habilidades descritas no nível 4 (200 a 225) e nos níveis anteriores.

7,0% dos estudantes localizados no nível 0 da escala (125 ou menos) não demonstrou ter desenvolvido as habilidades mínimas avaliadas no 5º ano/4ª série. Atenção especial deve ser dada a este grupo.

Tabela 4: Escala de Proficiência Matemática

Anos Finais do Ensino Fundamental		
Níveis	Matemática	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	0
1	125 - 150	0
2	150 - 175	2,7
3	175 - 200	8,3
4	200 - 225	13,9
5	225 - 250	11,1
6	250 - 275	30,6
7	275 - 300	19,4
8	300 - 325	14,0
9	325 - 350	0
10	350 - 375	0
11	375 - 400	0
12	Maior que 400	0
Média da escola: 254,12		

Fonte: MEC/INEP

36% dos estudantes de 9º ano/8ª série não atingiram a média da escola. É um percentual considerável dos estudantes que participaram do teste. Que trabalhos podem ser feitos para que esse grupo de estudantes desenvolva as demais habilidades próprias do 9º ano?

33,4% dos estudantes atingiram médias superiores a média da escola, demonstrando terem desenvolvido também habilidades descritas em níveis superiores ao 6.

Nos anos finais a escola está no **Nível 6**, da Escala SAEB. Esta **média** indica que este grupo já desenvolveu as habilidades descritas no nível 6 (250 a 275) e nos níveis anteriores.

Nem sempre a média da escola na Prova Brasil dá conta de evidenciar a proficiência da maioria dos estudantes, por isso, é fundamental a análise da distribuição percentual dos estudantes na escala SAEB, como no exemplo anterior.

Outra análise importante é a que verifica o comportamento da escola numa série histórica, ou seja, desde quando começou a participar da Prova Brasil. Para isso, a escola pode construir gráficos de linha com os resultados observados desde o início de sua participação para Matemática e Língua Portuguesa (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Prova Brasil – Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Escola X

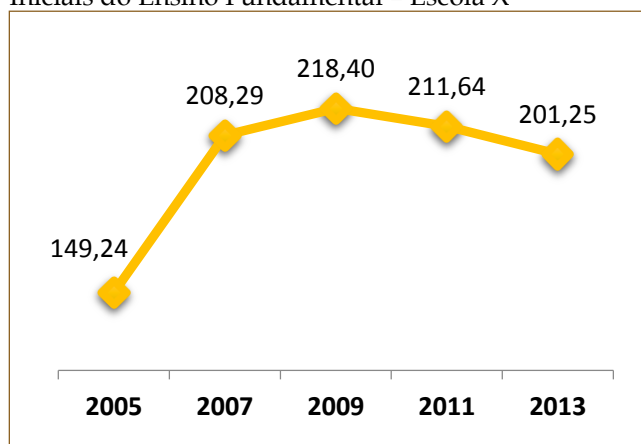
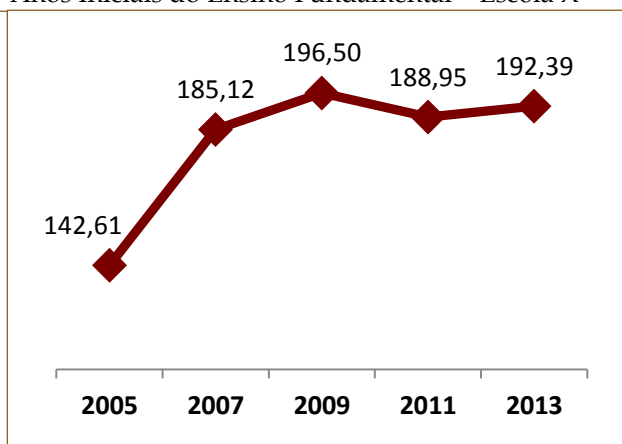


Gráfico 2: Prova Brasil – Língua Portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Escola X



Fonte: MEC/INEP/Prova Brasil

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Matemática, a escola teve um crescimento significativo de 2005 para 2007, em torno de 59 pontos. De 2007 para 2009 houve crescimento, mas, não na mesma proporção que o observado no período anterior. De 2009 para 2011, a média da escola caiu 6,76 pontos. De 2011 para 2013, a média da escola caiu ainda mais: 10,39 pontos. Que fatores internos e/ou externos contribuíram para a diminuição da média em Matemática? E que estratégias podem ser traçadas para reverter tal situação?

As médias da escola em Língua Portuguesa, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, têm o mesmo comportamento que as de Matemática, exceto em 2013: crescimento significativo de 2005 para 2007 (42,51 pontos); menor crescimento de 2007 para 2009 (11,38 pontos); queda na média em 2011 com relação a 2009 (-7,55 pontos); e crescimento na média de 2011 para 2013 (3,44 pontos).

O mesmo raciocínio pode ser usado para analisar a série histórica dos resultados dos anos finais do Ensino Fundamental.

Além desta análise individual, a escola precisa fazer uma análise do coletivo, ou seja, como integrante de um contexto, é necessário que faça reflexões acerca de sua situação dentro do município, estado ou País, respeitando, é claro, a rede de ensino em que está inserida. Basta analisar as informações contidas nos Boletins enviados pelo INEP, que apresentam os resultados do país, do estado, do município e da escola, ou acessar tais informações no site do INEP. Para exemplificar, utilizar-se-á os resultados dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino a qual a Escola X pertence.

Tabela 5: Prova Brasil – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Rede Estadual

PAÍS/UF/MUN/ESC	Matemática					Língua Portuguesa				
	2005	2007	2009	2011	2013*	2005	2007	2009	2011	2013*
Brasil	210,78	192,95	207,12	210,78		172,20	175,96	186,22	191,50	
Santa Catarina	221,15	198,37	203,56	221,15		179,72	180,40	184,19	202,04	
Município Y	211,06	197,04	197,98	211,06		173,80	178,38	180,58	194,49	
Escola X	211,64	208,29	218,40	211,64	201,25	142,61	185,12	196,50	188,95	192,39

Fonte: MEC/INEP/Prova Brasil

*Até a publicação deste documento o INEP não havia divulgado os resultados de 2013 para o País, Regiões Geográficas, Estados e Municípios, somente os resultados preliminares para as escolas.

Em relação a tabela 5, a escola pode iniciar os debates com a equipe pedagógica a partir dos seguintes questionamentos:

a) Como a média em Língua Portuguesa observada em sua escola se apresentou quando comparada às médias de seu município e estado?

b) Como a média em Matemática observada em sua escola se apresentou quando comparada às médias de seu município e estado?

c) A escola considera a evolução de suas notas médias satisfatórias? Pode melhorar? Como?

Foram apresentadas neste documento algumas possibilidades de como a escola pode ler, interpretar e analisar os resultados da Prova Brasil/ANRESC. A partir dessa análise, a escola tem a possibilidade,

De conhecer os pontos fortes e eficazes do seu trabalho, bem como detectar os pontos frágeis, para subsidiar as discussões a respeito dos caminhos que podem ser trilhados para a superação das dificuldades encontradas. (BRASIL, 2011, p. 20).

Além disso, ao se apropriar desses resultados a comunidade escolar pode discutir e analisar seu desempenho, refletindo sobre questionamentos como: Que fatores internos e externos à escola prejudicam ou favorecem o aprendizado dos estudantes? Que relações são

possíveis de estabelecer entre as avaliações realizadas pelos professores e os resultados da Prova Brasil? É possível fazer uma interface entre os resultados da Prova Brasil e o currículo da escola?

Entretanto, é importante considerar que os resultados da Prova Brasil não devem se constituir num fim em si mesmos, ou seja, eles devem ser utilizados como instrumentos de mobilização e criação de espaços de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade do ensino no âmbito de cada escola do sistema de ensino (BRASIL, 2011).

1.3.2 Lendo e Interpretando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Criado em 2007¹, o IDEB é um indicador sintético composto por dois indicadores de extrema importância para a qualidade da educação: as taxas de aprovação escolar, obtidas do Censo Escolar, e as médias de desempenho no SAEB (ANEB e ANRESC/Prova Brasil).

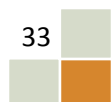
As avaliações ANEB e ANRESC/Prova Brasil são aplicadas de dois em dois anos e o Censo Escolar é realizado anualmente. Para o cálculo do IDEB são utilizadas as informações do Censo Escolar referentes ao ano de aplicação da ANEB e ANRESC/Prova Brasil.

Um equívoco muito comum é achar que apenas as taxas de aprovação do 5º ano/4ª série, do 9º ano/8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio são utilizadas para o cálculo do IDEB. Na verdade, são utilizadas as taxas de aprovação de todas as séries dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental e de todas as séries do Ensino Médio.

O diferencial do IDEB está na combinação de informações sobre o rendimento escolar (representado pelas taxas de aprovação) e o desempenho em exame padronizado (ANEB/ANRESC), o que nem sempre é considerado em análises sobre qualidade educacional, embora sejam complementares. Por isso, antes de iniciar qualquer estudo referente ao IDEB é preciso ter em mente que:

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por

¹ Mesmo sendo criado em 2007, o IDEB possui resultados desde 2005 quando o SAEB passou por uma reestruturação e incorporou a ANRESC/Prova Brasil.



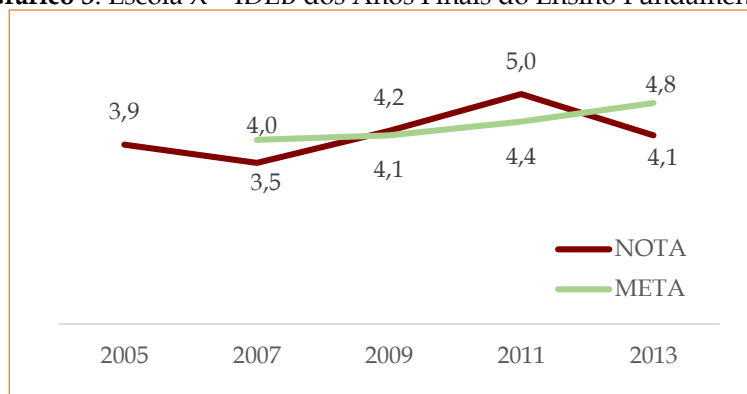
outro lado, um sistema em que todos os estudantes concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os estudantes aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007, p. 5)

Fernandes (2007) explica, de maneira simples, como compreender a relação do desempenho na Prova Brasil/SAEB com o rendimento escolar: como o IDEB é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A, cuja média padronizada da Prova Brasil, 5ºano/4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, escola terá o IDEB igual a 5,0 multiplicado por $\frac{1}{2}$, ou seja, IDEB = 2,5. Já uma escola B, com média padronizada da Prova Brasil, 5ºano/4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá IDEB = 5,0.

O IDEB do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) é disponibilizado a cada dois anos para as escolas públicas que preenchem o Censo Escolar e realizam a Prova Brasil/ANRESC. No caso do Ensino Médio, o IDEB não é disponibilizado por escola pois é avaliado pela amostra que compõe a ANEB. O IDEB do Ensino Médio é divulgado somente para o País, Regiões Geográficas e Estados.

A partir destas considerações apresenta-se, a seguir, possibilidades de leitura e interpretação do IDEB, tomando como exemplo os resultados dos anos finais do Ensino Fundamental, da escola que será identificada como Escola X. Um estudo inicial pode se dar a partir da análise da nota média obtida pela escola no IDEB e respectivas metas estipuladas pelo INEP para cada período observado.

Gráfico 3: Escola X - IDEB dos Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/INEP

O gráfico 3 permite observar que a nota da Escola X caiu em 2007 com relação a 2005, de 3,9 para 3,5, não conseguindo atingir a meta de 4,0 para o período. Em 2009 e 2011, a

escola ultrapassa as metas para os períodos. Mas, em 2013, tem um desempenho inferior aos de 2009 e 2011, não conseguindo atingir a meta projetada para o período.

Esta análise inicial, contudo, não dá conta de explicar como está a qualidade da educação nesta escola e, ainda, que ações foram realizadas para seu IDEB ter aumentado nos anos de 2009 e 2011. E quais fatores internos ou externos contribuíram para a queda na nota média da escola em 2013. Cabe questionar: A oscilação do desempenho no IDEB consegue exprimir a qualidade de ensino desta escola? Ou ainda, a nota 4,1 em 2013 explica como está a qualidade de ensino desta escola nos anos finais do Ensino Fundamental?

Para que seja possível compreender com mais profundidade o resultado do IDEB, é necessário estudar os dois indicadores que o compõem: as taxas de aprovação e o desempenho na Prova Brasil. Sem estudar e analisar estes indicadores, os resultados do IDEB não terão significado pedagógico, sendo apenas um índice que pode variar de 0 a 10 e servindo como instrumento para a definição de políticas públicas para a educação brasileira.

No caso da Escola X, esta precisa saber qual foi sua taxa de aprovação nos anos finais do Ensino Fundamental e como foi seu desempenho na Prova Brasil. Para um estudo mais completo, deve analisar a série histórica desses indicadores e não somente os últimos resultados observados, conforme o exemplo organizado a seguir.

No comparativo de 2007 com 2005, a Escola X teve aumento considerável de desempenho na Prova Brasil, tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa (observar gráficos 4 e 5). Em contrapartida, teve um rendimento abaixo do esperado (66,9%), uma queda significativa na taxa de aprovação, em relação a 2005 (84,15%), conforme tabela 6. Chama a atenção a baixa taxa de aprovação nos 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental, em 2007. Ou seja, numa análise quantitativa, com a diminuição da taxa de aprovação, consequentemente aumentou a reprovação e o abandono, fazendo com que o IDEB desta escola caísse de 3,9 para 3,5 em 2007, mesmo com o aumento do desempenho na Prova Brasil.

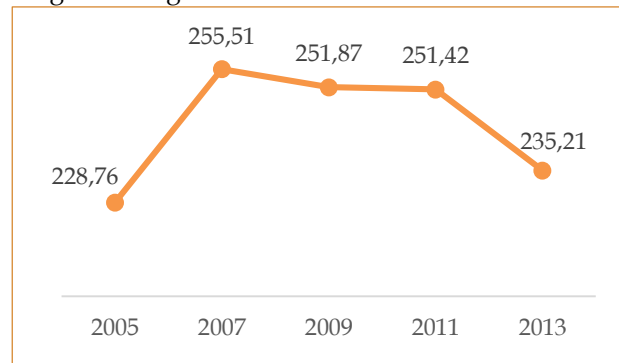
Já em 2009, o desempenho da escola na Prova Brasil foi inferior ao de 2007 e superior ao de 2005, em Língua Portuguesa e Matemática. Houve aumento significativo na aprovação com relação a 2007, mas ainda chama atenção a baixa taxa de aprovação nos 6º, 7º anos do Ensino Fundamental. Esse conjunto de fatores fez com que a escola aumentasse seu IDEB em 2009 e superasse a meta projetada.

Gráfico 4: Escola X - Desempenho na Prova Brasil Matemática – Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 5: Escola X - Desempenho na Prova Brasil Língua Portuguesa – Anos Finais do Ensino



Fonte: MEC/INEP

Tabela 6: Escola X - Taxas de Aprovação (%) - Anos Finais do Ensino Fundamental

Etapa/Ano	2005	2007	2009	2011	2013
6º a 9º ano	84,1	66,9	82,5	98,2	92,7
6º	82,1	55,6	69,0	-	93,3
7º	84,4	71,4	75,8	98,8	89,9
8º	80,8	60,9	95,0	97,6	-
9º	90,0	84,0	94,6	97,7	95,2

Fonte: MEC/INEP

Em 2011, a Escola X apresentou taxas de aprovação próximas de 100% em todas as séries dos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, os melhores resultados já observados desse componente do IDEB. Por outro lado, é possível observar que o desempenho da escola, na Prova Brasil, caiu em 2011, tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa. Este cenário permite afirmar que a melhora no fluxo escolar (representado pela taxa de aprovação) fez com que a nota do IDEB desta escola continuasse a subir em 2011.

Em 2013, a escola apresentou queda significativa de desempenho na Prova Brasil. Em Matemática teve o pior resultado de todas as suas participações (229,92 pontos). Em Língua Portuguesa teve o segundo pior resultado de todas as suas participações (235,21 pontos), perdendo apenas para 2005 (228,76 pontos). Também teve queda nas taxas de aprovação nos 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, com relação a 2011. Todos esses fatores fizeram com que a nota da escola caísse no IDEB 2013 para 4,1.

Diante de tais considerações, são necessários alguns questionamentos e reflexões por parte da escola: Como pode a escola ter piorado no aprendizado (desempenho na Prova Brasil) e ter melhorado no fluxo escolar (taxa de aprovação), em 2011? Aprendizado e promoção não deveriam andar juntos? Se o estudante aprende com qualidade suficiente não tem o direito de ser promovido à etapa seguinte? E vice-versa? Não deveria haver um

equilíbrio neste contexto? O que aconteceu em 2013 para o desempenho da escola, na Prova Brasil, ter caído tanto? Como melhorar o cenário atual?

Outra análise possível de se fazer é comparar o IDEB da escola com os do país, do estado e do município, assim como foi demonstrado na tabela 5, sobre a Prova Brasil.

Quando a escola se apropria da composição do IDEB, consegue compreendê-lo com mais clareza e é capaz de visualizar o que está implícito na “nota”, deixa de vê-lo como algo “punitivo” ou de “ranqueamento”, para percebê-lo como ferramenta auxiliadora no processo de construção de uma educação de qualidade e equidade social.

1.3.3 Santa Catarina no Cenário Nacional

Na atualidade, os principais indicadores educacionais existentes no Brasil com possibilidades de medir a qualidade da educação em todos os estados brasileiros, utilizando padrões metodológicos específicos, são o IDEB e o PISA.

A seguir é apresentado um estudo da situação de Santa Catarina no cenário nacional em relação ao IDEB. Sobre o PISA será disponibilizado, futuramente, um documento à parte, devido a sua complexidade e características específicas.

Desde o primeiro ano de observação do IDEB, a educação catarinense tem apresentado resultados de destaque no cenário nacional, como é possível observar nos gráficos 6, 7 e 8. Tem se apresentado sempre entre os cinco estados brasileiros com melhores notas médias no IDEB.

Gráfico 6: IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Total

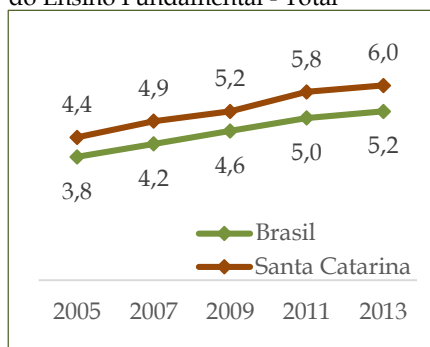


Gráfico 7: IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental - Total

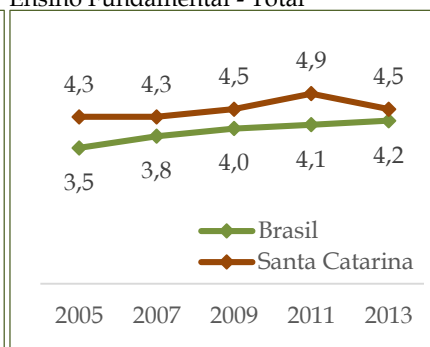
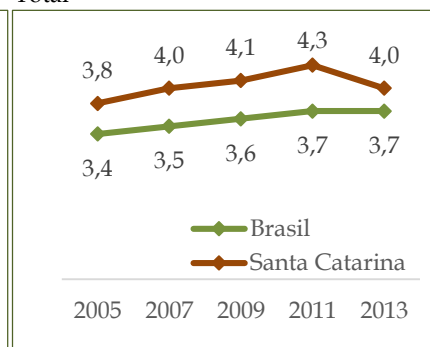


Gráfico 8: IDEB - Ensino Médio - Total



Fonte: MEC/INEP

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Santa Catarina tem conseguido superar todas as metas projetados pelo INEP (gráfico 9). Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, só não conseguiu atingir a meta em 2013 (gráficos 10 e 11).

IDEB X Meta

Gráfico 9: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Total

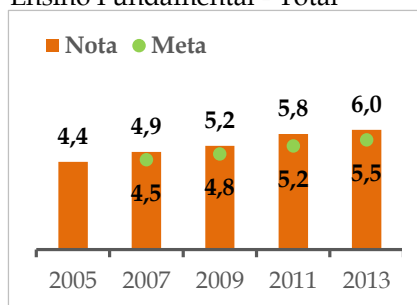


Gráfico 10: Anos Finais do Ensino Fundamental - Total

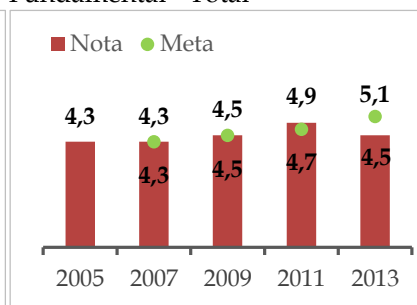
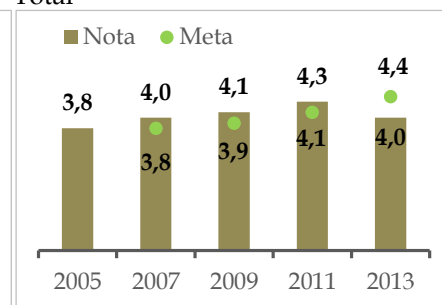


Gráfico 11: Ensino Médio - Total



Fonte: MEC/INEP

Até o IDEB de 2011, as redes pública e privada conseguiram atingir ou superar suas metas, com exceção de 2009, onde a rede pública estadual não conseguiu atingir a meta projetada para os anos finais do Ensino Fundamental (tabela 7). Em 2013, assim como a maioria dos estados brasileiros, Santa Catarina não conseguiu atingir as metas projetadas para o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas redes pública e privada. É importante um estudo mais aprofundado acerca das razões que levaram o Estado a diminuir seu Índice em 2013, nestas duas etapas de ensino.

Tabela 7: IDEB Observado e Metas/Projeções

	IDEB Observado					Metas/Projeções							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental													
Total	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
Pública	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Estadual	4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Privada	6,4	6,6	7,1	7,1	7,5	6,5	6,7	7,0	7,2	7,4	7,5	7,7	7,8
Anos Finais do Ensino Fundamental													
Total	4,3	4,3	4,5	4,9	4,5	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
Pública	4,1	4,1	4,3	4,7	4,3	4,1	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,0
Estadual	4,1	4,1	4,2	4,7	4,1	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0
Privada	5,9	5,9	6,3	6,4	6,4	6,0	6,1	6,3	6,6	6,9	7,1	7,2	7,4
Ensino Médio													
Total	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6
Estadual	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Privada	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1

Fonte: MEC/INEP

Como visto nos itens anteriores, o IDEB não se resume a uma escala de 0 a 10, é composto por dois indicadores importantes: o desempenho médio na Prova Brasil/SAEB e as taxas de aprovação obtidas pelo Censo Escolar. Seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, a trajetória crescente do IDEB de Santa Catarina é consequência da melhora no

desempenho médio dos estudantes na Prova Brasil/SAEB e no aumento das taxas de aprovação.

O INEP ainda não divulgou os resultados da Prova Brasil de 2013 para os estados e municípios. Por essa razão, as análises apresentadas a seguir sobre o desempenho de Santa Catarina na Prova Brasil/SAEB se referem aos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011.

Em 2011, Santa Catarina apresentou médias de desempenho na Prova Brasil/SAEB, em Língua Portuguesa e Matemática, maiores que as do Brasil e da Região Sul (tabela 8).

Tabela 8: Prova Brasil/SAEB 2011

PAÍS/REGIÃO/UF	Anos Iniciais do EF		Anos Finais do EF		Ensino Médio	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Brasil	209,63	190,58	252,77	245,20	274,83	268,57
Sul	221,12	199,39	261,20	250,31	290,14	276,77
Santa Catarina	226,00	204,90	264,33	252,20	294,97	279,82

Fonte: MEC/INEP

Na distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB (tabelas 9 e 10), em Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, é possível observar que Santa Catarina, nas redes pública e privada, apresentou uma parcela considerável de estudantes abaixo da média de desempenho estadual: 52,39% nos anos iniciais e 28,35% nos anos finais do Ensino Fundamental. Isso significa que ainda há uma desigualdade significativa na aprendizagem das crianças e jovens catarinenses.

Tabela 9: Língua Portuguesa - Distribuição Percentual dos Estudantes na Escala SAEB - SC - 2011 (Anos Iniciais Ensino Fundamental)

Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Níveis	Língua Portuguesa (Intervalo de pontos)	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	3,83
1	125 - 150	10,18
2	150 - 175	17,3
3	175 - 200	21,08
4	200 - 225	19,31
5	225 - 250	14,35
6	250 - 275	8,63
7	275 - 300	3,71
8	300 - 325	1,42
9	325 ou mais	0,18
Média de Santa Catarina: 204,14		

Fonte: MEC/INEP

Tabela 10: Língua Portuguesa - Distribuição Percentual dos Estudantes na Escala SAEB - SC - 2011 (Anos Finais Ensino Fundamental)

Anos Finais do Ensino Fundamental		
Níveis	Língua Portuguesa (Intervalo de pontos)	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	0,15
1	125 - 150	1,35
2	150 - 175	3,89
3	175 - 200	8,39
4	200 - 225	14,57
5	225 - 250	20,21
6	250 - 275	20,4
7	275 - 300	16,58
8	300 - 325	9,89
9	325 - 350	4,57
Média de Santa Catarina: 250,79		

Fonte: MEC/INEP

Na média de desempenho em Matemática (tabelas 11 e 12), a desigualdade de aprendizagem se repete, com um percentual significativo de estudantes abaixo da média estadual: 50,43% nos anos iniciais e 38,72% nos anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 11: Matemática - Distribuição Percentual dos Estudantes na Escala SAEB - SC - 2011 (Anos Iniciais Ensino Fundamental)

Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Níveis	Matemática (Intervalo de pontos)	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	0,96
1	125 – 150	3,85
2	150 – 175	9,87
3	175 – 200	16,58
4	200 – 225	19,17
5	225 – 250	19,5
6	250 – 275	14,58
7	275 – 300	9,17
8	300 – 325	3,98
9	325 – 350	2,33
10	350 – 375	0
11	375 – 400	0
12	400 ou mais	0
Média de Santa Catarina: 225,53		

Fonte: MEC/INEP

Tabela 12: Matemática - Distribuição Percentual dos Estudantes na Escala SAEB - SC - 2011 (Anos Finais Ensino Fundamental)

Anos Finais do Ensino Fundamental		
Níveis	Matemática (Intervalo de pontos)	Distribuição percentual dos estudantes na Escala SAEB
0	Abaixo de 125	0,07
1	125 – 150	0,65
2	150 – 175	2,49
3	175 – 200	5,54
4	200 – 225	11,51
5	225 – 250	18,46
6	250 – 275	21,25
7	275 – 300	18,91
8	300 – 325	12,08
9	325 – 350	5,87
10	350 – 375	2,61
11	375 – 400	0,55
12	400 – 425	0
Média de Santa Catarina: 263,07		

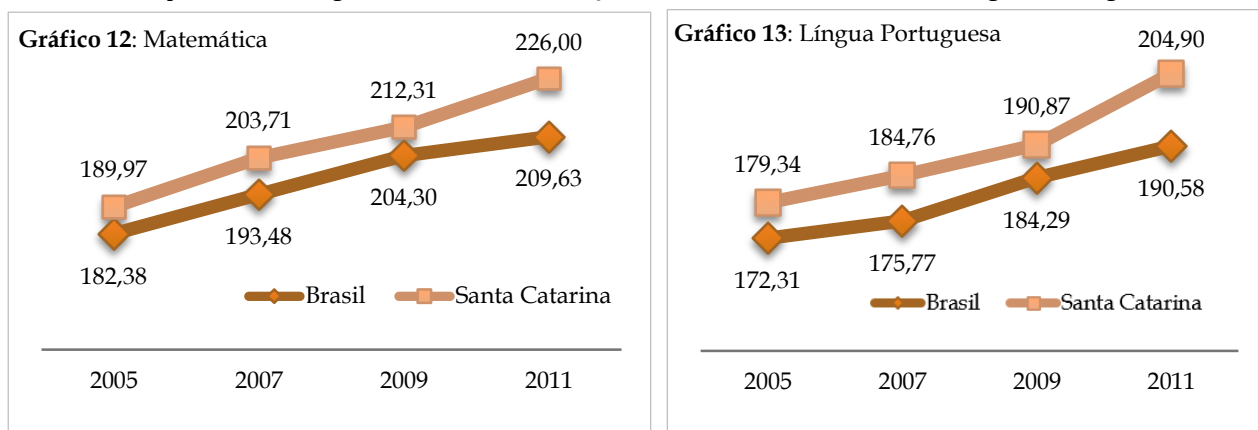
Fonte: MEC/INEP

Diante disso, para continuar avançando no IDEB e atingir resultados equivalentes aos dos países desenvolvidos, Santa Catarina precisa diminuir as desigualdades de aprendizagem em todas as etapas avaliadas, por meio de estratégias que levem em consideração as condições socioeconômicas, culturais e educacionais desses estudantes, a fim de elevá-los a patamares mais adequados de aprendizagem.

Contudo, analisando a série histórica da média de desempenho na Prova Brasil/SAEB, constata-se que o Estado tem empregado esforços para superar essas desigualdades, uma vez que, em sua maioria, os resultados se apresentam de forma crescente, em todas as etapas de ensino consideradas, conforme gráficos 12, 13, 14, 15 e 16.

Nos anos iniciais, em Matemática e Língua Portuguesa, as médias de desempenho de Santa Catarina têm apresentado crescimento em todo período observado, superando as médias do País. Em 2011, por exemplo, enquanto o crescimento nacional desacelera, o de Santa Catarina é o maior deste período (gráficos 12 e 13).

Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Evolução do Desempenho na Prova Brasil/SAEB – Santa Catarina - Redes pública e privada



Fonte: MEC/INEP

A evolução da média de desempenho foi crescente para todas as dependências administrativas (tabela 13), nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Contudo, não houve avanço na diminuição da disparidade entre a nota da rede pública e da rede privada.

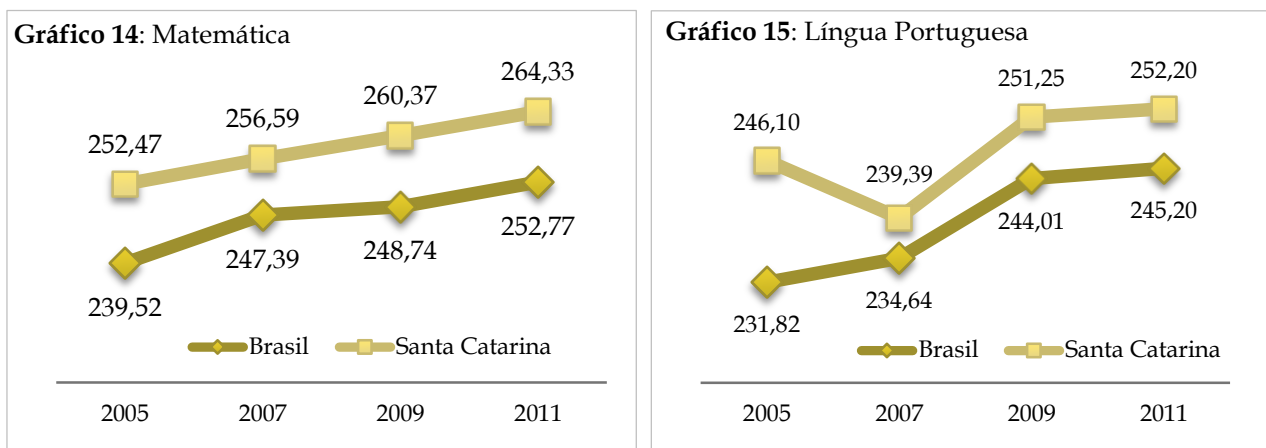
Tabela 13: Nota Média da Prova Brasil/SAEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – SC

Rede	Língua Portuguesa				Matemática			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Total	179,34	184,76	190,87	204,90	189,97	203,71	212,31	226,00
Pública	176,18	181,14	187,04	202,18	186,18	199,82	208,21	222,84
Privada	218,66	222,93	233,83	234,14	237,20	244,71	258,32	259,86
Estadual	179,72	180,40	184,19	202,04	188,60	198,37	203,56	221,15

Fonte: MEC/INEP

Nos anos finais do Ensino Fundamental, em Matemática, Santa Catarina manteve crescimento constante para os períodos observados (gráfico 14). Em Língua Portuguesa, em 2007, apresentou queda significativa na média de desempenho (gráfico 15). Ainda assim, se manteve alguns pontos acima do resultado alcançado pelo País.

Anos Finais do Ensino Fundamental
Evolução do Desempenho na Prova Brasil/SAEB – Santa Catarina - Redes pública e privada



Fonte: MEC/INEP

Fonte: MEC/INEP

Desagregando por dependência administrativa (tabela 14), constata-se que a queda em 2007, em Língua Portuguesa, é decorrente do baixo desempenho das redes pública e privada. Diante disso, cabe um questionamento: o que ocorreu para que ambas tivessem desempenho inferior ao de 2005? No entanto, a partir de 2009 o Estado se recupera, superando as notas médias de 2005.

Tabela 14: Nota Média da Prova Brasil/SAEB – Anos Finais do Ensino Fundamental - SC

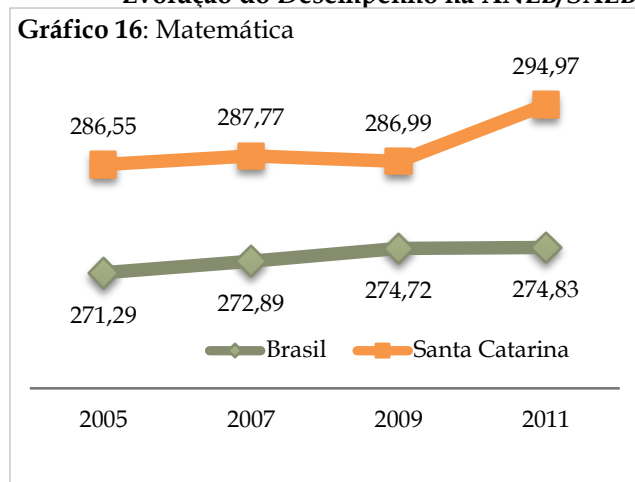
Rede	Língua Portuguesa				Matemática			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Total	246,10	239,39	251,25	252,20	252,47	256,59	260,37	264,33
Pública	242,56	235,46	247,12	248,00	247,53	251,56	254,79	258,59
Privada	274,60	270,8	285,98	285,32	292,18	296,83	307,23	309,68
Estadual	242,72	234,95	245,05	244,72	247,64	250,69	252,55	255,30

Fonte: MEC/INEP

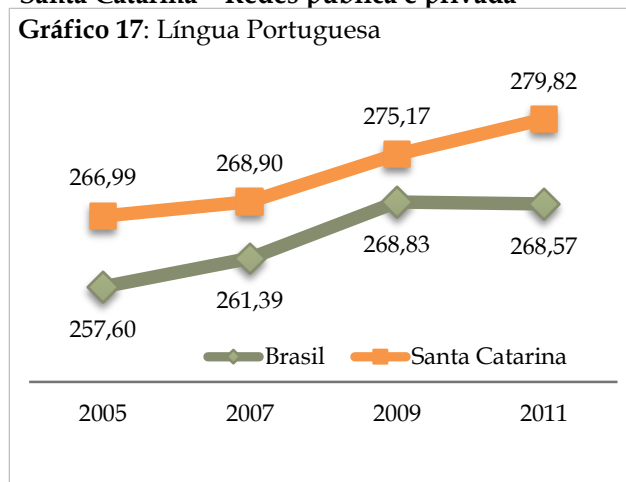
Já em relação ao Ensino Médio, Santa Catarina apresenta evolução crescente para todo período nas duas áreas contempladas, exceto em 2009, quando tem ligeira queda na área de Matemática, que é superada em 2011, com crescimento significativo de sua média de desempenho (+ 7,98 pontos), conforme gráficos 16 e 17.

Ensino Médio

Evolução do Desempenho na ANEB/SAEB – Santa Catarina – Redes pública e privada



Fonte: MEC/INEP



Fonte: MEC/INEP

Na desagregação por dependência administrativa (tabela 15), observa-se que a rede pública estadual tem demonstrado crescimento constante, enquanto a rede privada tem sofrido oscilações durante o período de 2005 a 2011. Além disso, ainda há uma disparidade em relação ao desempenho da rede pública estadual com a rede privada que precisa ser equalizada.

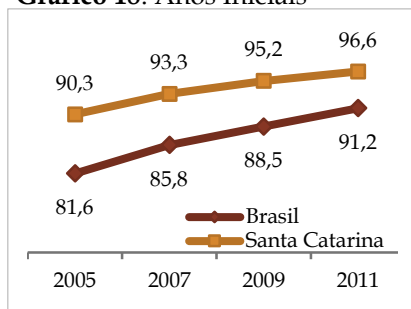
Tabela 15: Nota Média da Prova Brasil/SAEB – Ensino Médio – SC

Rede	Língua Portuguesa				Matemática			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Total	266,99	268,90	275,17	279,82	286,55	287,77	286,99	294,97
Privada	313,04	295,87	320,29	316,57	348,30	329,21	351,56	342,53
Estadual	257,66	263,58	265,40	271,74	274,03	279,57	273,03	284,49

Fonte: MEC/INEP

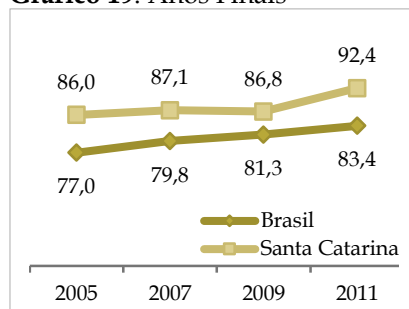
Evolução das Taxas de Aprovação (%) – Redes pública e privada

Gráfico 18: Anos Iniciais



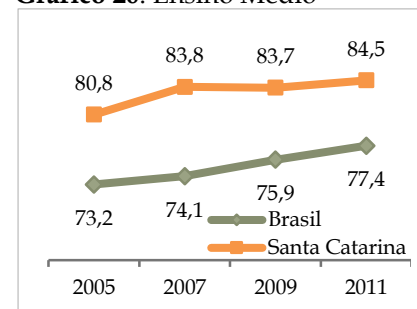
Fonte: MEC/INEP

Gráfico 19: Anos Finais



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 20: Ensino Médio



Fonte: MEC/INEP

No geral, Santa Catarina tem conseguido melhorar suas taxas de aprovação na Educação Básica, contudo, cabe ressaltar que no Ensino Médio ainda há um longo caminho a percorrer para aumentar a aprovação. Esse não é um desafio somente do Estado, mas de todo País, conforme mostra o gráfico 20.

Desagregar essas taxas por série/ano e rede de ensino, permite verificar onde deve ser empregado maior esforço para reduzir as taxas de reprovação e abandono. Conforme a tabela 16, na rede pública encontram-se os maiores desafios a serem enfrentados, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio.

Tabela 16: Taxas de Aprovação na Educação Básica – 2011 – Santa Catarina

Rede	Ensino Fundamental											Ensino Médio				
	1º ao 5º ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º a 9º ano	6º	7º	8º	9º	1ª a 4ª série	1ª	2ª	3ª	4ª
Total	96,6	99,2	96,5	93,1	97,1	97,1	92,4	90,6	94,3	90,3	92,9	84,5	78,1	86,7	91,4	86,3
Pública	96,3	99,2	96,3	92,5	96,9	96,9	92,0	89,0	94,1	89,7	92,6					
Privada	98,9	99,1	98,6	99,1	99,1	98,9	96,8	97,9	96,6	96,5	96,1	95,1	92,4	95,6	97,9	100,0
Estadual	97,4	99,2	99,4	91,0	99,1	98,7	93,4	98,3	97,2	89,4	91,4	82,7	75,9	85,2	90,2	85,8

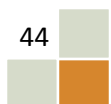
Fonte: MEC/INEP

Sabe-se que quanto maior as taxas de aprovação, menores serão as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série. No entanto, o aumento das taxas de aprovação não é garantia de qualidade de ensino e aprendizagem, assim como bons

desempenhos médios na Prova Brasil/SAEB não o são. Exemplo disso, é que ainda existe um percentual significativo de estudantes que não conseguiu atingir a média de desempenho do Estado, conforme visto nas tabelas 9, 10, 11 e 12.

Além disso, observando os resultados da Prova Brasil/SAEB, por dependência administrativa, ainda é grande a disparidade entre o desempenho da rede pública e da rede privada.

Portanto, mesmo seguindo uma regularidade de bons resultados frente ao cenário nacional, Santa Catarina ainda precisa percorrer um longo percurso para atingir patamares ideais de qualidade de ensino e aprendizagem. Para isso, é fundamental equalizar problemas de currículo, valorização dos profissionais de educação, infraestrutura escolar, eliminando as disparidades entre ensino público e privado, respeitando às diversidades e as características regionais.



2 CONSIDERAÇÕES

Sabe-se das dificuldades de discutir a avaliação e construir práticas avaliativas que apoiem e qualifiquem o processo de ensino e aprendizagem, face a complexidade do tema e a multiplicidade de abordagens possíveis. Entretanto, estas dificuldades devem estar no foco da análise dos órgãos gestores para, em articulação com os agentes formadores, construir um sólido referencial teórico que possa fundamentar a prática avaliativa nas escolas catarinenses. Em nosso Estado, isso tem sido feito a partir da mobilização que envolve a discussão da Proposta Curricular de Santa Catarina, desde 1991, e a elaboração do Plano Estadual de Educação.

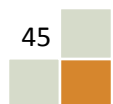
É nas escolas, ao alcance de professores e estudantes, que se encontra a real possibilidade de construir alternativas que concretizem o direito à educação aos estudantes que ainda vivenciam a exclusão social produzida, em diferentes medidas, por processos de avaliação que responsabilizam exclusivamente o estudante pelo seu desempenho.

O esforço contínuo de revisão e análise das práticas e concepções presentes no cotidiano escolar e suas implicações no trabalho pedagógico permitirão estabelecer os fios condutores da avaliação apoiada em três eixos: teórico-metodológico, ético e político, no sentido de assegurar as condições técnicas para a sua realização, com transparência em relação aos seus objetivos e sua intencionalidade.

É importante a manutenção de espaços de formação permanente no próprio ambiente escolar ou no âmbito regional/municipal, buscando refletir a partir de questionamentos como: Que tipo de avaliação praticamos? Em que medida esta avaliação se articula à um trabalho coletivo pautado pelo sucesso da aprendizagem? Como se definem os instrumentos de avaliação adotados e qual sua contribuição para os resultados pretendidos?

No que se refere ao impacto das avaliações externas em larga escala sobre a gestão pedagógica, em razão da mobilização produzida pelos órgãos superiores ou pela própria mídia, espera-se que seus resultados sejam apropriados pela escola como um todo (estudantes, professores, gestores e comunidades), sendo analisados a partir do contexto em que foram produzidos.

Além disso, os resultados de tais avaliações podem servir, dentre outros indicadores, como instrumentos a serem considerados ou estabelecidos a partir da discussão coletiva no



PPP, dos padrões de qualidade que a escola pretende alcançar e a partir dos quais direcionam suas metas e definem suas estratégias de atuação.

É possível, como nos indica Arrias (2014): Avaliar e acompanhar a execução do PPP da escola; verificar o cumprimento das metas estabelecidas; conhecer as potencialidades e fragilidades; buscar soluções para os problemas; estabelecer o diálogo entre todos os sujeitos/atores, através de fóruns permanentes, que socializem os resultados; investir em atualização do corpo docente, por meio de programas de formação continuada para professores; e repensar a avaliação de aprendizagem, para que ela possa assumir uma função de subsidiar, acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes, adquirindo, desse modo, um papel importante na construção do conhecimento.

Por fim, a escola não deve se paralisar diante dos mecanismos externos de avaliação, ela tem autonomia para desenvolver avaliações institucionais ou de aprendizagem voltadas à sua realidade e em concordância com as legislações estaduais e nacionais. Além disso, pode criar os próprios mecanismos de análises, estudos e aproveitamento dos resultados da Prova Brasil e IDEB.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar; GABROWSKI, Gabriel. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I - caderno VI: avaliação no Ensino Médio.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

ARRIAS, Neide Martins. **Educação para além das evidências dos resultados: em busca das soluções.** Artigo produzido para curso de extensão do Programa Escola de Gestores. 2014.

BARREIROS, Débora Raquel Alves. **O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: vínculos entre avaliação e currículo.** 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010. Estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, institui as Conferências Brasileiros no Mundo - CBM, cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2010. Seção 1, p. 57.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 03 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. P. 27833.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, n. 07, p. 5.

BRASIL. Ministério da Educação. **Livreto Explicativo: Prova Brasil – Avaliação de Rendimento Escolar.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. Disponível em: <http://download.INEP.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/downloads/livretos/livreto_2011.pdf>. Acesso em: ???

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 jun. 1998. Seção 1, n. 102-E, p. 5.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 77, de 16 de agosto de 2002. Institui o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2002. Seção 1, p. 13.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 3.415, de 21 de outubro de 2004. Institui o Exame Nacional de Avaliação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 out. 2004. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria INEP nº 109, de 27 de maio de 2009. Institui a sistemática de realização do ENEM no exercício de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2009. Seção 100, p. 56.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE/SAEB: Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MEC, SEB; INEP, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 482, de 07 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jun. 2013. Seção 1, n. 109, p. 17.

- BRASIL. Portal INEP. **Aneb e Anresc** (Prova Brasil). Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- BRASIL. Portal INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- BRASIL. Portal INEP. **Encceja**. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/web/encceja/encceja>>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- BRASIL. Portal INEP. **Portal IDEB**. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, n. 02, p. 1.
- CHRISPINO, Alvaro. O Uso de Indicadores Sentinela na Gestão de Sistemas Educacionais. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**. v. 5, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art2_htm.htm>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, Lisboa (Portugal), v. 2, n. 19, p. 21-50, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v19n2/v19n2a03.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014
- FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/136/texto%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20pst.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 26 mar. 2014.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 43 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma. Alguns Indicadores Educacionais de Qualidade no Brasil de Hoje. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_02.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- MELLO, Guiomar Namó. **Competências como referência de currículo**. Disponível em: <http://www.avaliaeducacional.com.br/referencias/arquivos/artigo_competencias_como_referencia_do_curriculo%20.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. Escola de Gestores da Educação Básica. 2014. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u2_eixo1_1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990. UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**

Secretaria de Estado da Educação